

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

SORAIA BERTIN

**Luiz Leon Petit:
Um “outsider” no meio intelectual porto-alegrense (1945-51)**

Porto Alegre

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

SORAIA BERTIN

**Luiz Leon Petit:
Um “outsider” no meio intelectual porto-alegrense (1945-51)**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em História ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre

2011

RESUMO

Luiz Leon Petit – farmacêutico, homem politicamente conservador, “conhecido anticomunista” – poderia ser apenas mais um entre tantos leitores de jornais durante o período da redemocratização, com o fim do Estado Novo. Contudo, o que mais chama atenção na trajetória do Sr. Petit não é o exercício da sua atividade profissional, mas seus escritos. O dono de um pequeno laboratório possuía um “estranho capricho”: escrever e publicar, às suas expensas, análises sobre política, economia e sociedade nos maiores jornais de Porto Alegre. Mais do que manipular remédios, Petit participava ativamente dos principais debates políticos de seu tempo, emitindo suas opiniões e fazendo denúncias, acusando autoridades e se intrometendo em polêmicas alheias, sempre invocando seu direito de cidadão ao pedir esclarecimentos. As estratégias empregadas por este *outsider*, com o objetivo de se inserir num lugar onde não era reconhecido por aqueles que detinham a posse dos instrumentos legítimos de discurso público – o meio intelectual porto-alegrense – são analisadas no presente trabalho. O objetivo é compreender a trajetória “intelectual” do Sr. Petit, entre os anos de 1945 e 1951, respondendo de que maneira ele atuou na sociedade de Porto Alegre e como se chocou com a *intelligentsia* local – o grupo de *estabelecidos*. Para isso, são discutidas as características do universo intelectual brasileiro daquela época, tanto no centro quanto na província; reconstruídas as redes de sociabilidade de Petit, identificando seus principais interlocutores e inimigos a partir das polêmicas em que se envolveu; e, também, são elencados os argumentos mais recorrentes de que se valeu para construir um argumento de autoridade, na insuficiência de formas mais usuais de legitimação do discurso público.

ACERVOS CONSULTADOS

AHRS – Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

BSCSH (UFRGS) – Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

MUSECOM – Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1. OS <i>ESTABELECIDOS</i> E O <i>OUTSIDER</i>	15
1.1 Os intelectuais no centro do país.....	17
1.2 “Quem participa das rodas intelectuais da Capital Gaúcha?”.....	20
1.3 Luiz Leon Petit, um <i>outsider</i>	25
2. NAS TRAMAS DE PETIT: SOCIABILIDADE EM TEMPOS DE POLÊMICA.....	28
2.1 As polêmicas como estratégia de combate.....	31
2.2 Outras estratégias.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
FONTES DE PESQUISA.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

INTRODUÇÃO

Nésta altura, e consoante os traumatismos Moraes que em tua vida hajas sofrido, guarda este conselho: Se a humanidade te fôr ingrata, impõe-te a ella por ti mesmo.

Luiz Leon Petit¹

Folheando as páginas do jornal *Diário de Notícias*² do dia 22 de dezembro de 1946, encontramos, na página 7, um espaço em pé de página comprado pelo Sr. Guaracy Almeida Costa, onde ele tece sua defesa em relação às acusações de contrabando de armas e pneus sob a anuência das autoridades do governo.³ As denúncias proferidas contra ele pelo Sr. Luiz Leon Petit, nas páginas do mesmo Jornal, no dia 6 de dezembro daquele ano, foram feitas em um artigo chamado “O Estouro da Boiada”⁴, num espaço – de página inteira – também comprado. Na sua defesa, o Sr. Guaracy questiona: Quem é essa pessoa que não conheço, de quem nunca ouvi falar, que não sei donde saiu e que me acusa desta forma?

O Sr. Guaracy não foi o único que teve que recorrer aos espaços pagos nos jornais para se defender das acusações do Sr. Petit, e tampouco era o único que alegava desconhecer as credenciais de seu algoz. Entre o final de 1945 e 1951, os leitores dos periódicos *Correio do Povo* (CP) e *Diário de Notícias* (DN) acompanharam uma série de *a pedidos* nos quais Luiz Leon Petit destilava toda sua retórica, seu veneno e sua “loucura”.⁵ Os *a pedidos* foram utilizados pelo autor como espaço para defesa de seu “pensamento independente”, “dos direitos dos cidadãos” e da “luta pela salvação

¹ PETIT, Luiz Leon. Ruínas de um regime e decadência de uma época: A desgraça que se abate agora sobre o Brasil decorre da falta de carácter (*sic*). Porto Alegre: Organizações Sulina, 1950 p. 339.

² Todos os *a pedidos* citados neste trabalho estão disponíveis no acervo de imprensa do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

³ Diário de notícias (DN), 22 de dezembro de 1946: pág. 7.

⁴ DN, 6 de dezembro de 1946: pág. 5.

⁵ Conforme o autor explica em sua Carta Aberta no Diário de Notícias de 21/07/1946, sua loucura é a pura busca pela verdade. DN 21/07/1946 pág. 11.

nacional”, apresentando um misto de pronunciamentos de valores, ideias e denúncias de casos de corrupção e de “imoralidade pública”. As colunas, sempre em espaços comprados, chamam a atenção não só pelo tamanho, às vezes ocupando páginas inteiras⁶, mas também pelo tom virulento das críticas – que segundo ele “não poupavam ninguém”.⁷ Na maioria das vezes, as colunas eram recheadas por fotocópias de “provas” retiradas de seu arquivo particular e por telegramas enviados por ele para as diversas personalidades políticas com “alertas” e críticas.

Luiz Leon Petit nasceu em 1899, no Distrito Federal. Seguiu sua vida acadêmica no Colégio Dom Pedro II, de onde saiu com o título de Bacharel em Ciências. Já na vida adulta, ele manteve residência – concomitantemente – em São Paulo e em Porto Alegre, e constituiu um laboratório farmacêutico em sua residência no sul. Sua atuação, como empresário, está ligada à formação do Sindicato das Empresas Farmacêuticas de Porto Alegre, o SINDIFAR, no qual participou como secretário da chapa inaugural com Cristiano Fischer.

Contudo, o que mais chama a atenção na trajetória do Sr. Petit são seus escritos. O dono do pequeno laboratório mantinha “o estranho capricho”⁸ de escrever e publicar, às suas custas, análises sobre política, economia e sociedade. À certa altura, chegou a confessar que nem mesmo sua família ou seus amigos compreendiam por que ele dilapidava seu patrimônio⁹, adquirido através do trabalho, com o disparate de “um mero manipulador de drogas escrevendo sobre política”!¹⁰ Petit fez mais do que manipular remédios: ele participou ativamente dos principais debates que ocuparam os jornais naquele período.

Além de emitir suas opiniões e fazer denúncias, restava tempo para se intrometer em polêmicas alheias, sempre invocando seu direito de cidadão em pedir esclarecimentos, seja de um chefe de polícia que utilizou a viatura para participar de um comício¹¹, seja de um funcionário de repartição que “enganava” o livro ponto.¹² Assim,

⁶ Seus *a pedidos* chegaram a ocupar três páginas inteiras de um mesmo número do Diário de Notícias. DN, 28/01/47 p. 5, 6 e 7.

⁷PETIT, Luiz Leon. *Op. Cit.*, 1950, p. 214.

⁸*Idem*, p. 67.

⁹*Idem*, p. 281.

¹⁰ Expressão utilizada por Petit para referir-se em um dos *a pedidos*. DN 21/07/46 p. 11.

¹¹ “Carta aberta ao S. Exa. O Sr. Dr. Roque Aita Jr. Digníssimo chefe de polícia do E. do RG do Sul (a propósito do conceito de “burocracias””, *a pedido* em que Petit denuncia o chefe de polícia por uso da máquina estatal para fins partidários. DN 21/07/46 p. 11.

¹² No capítulo do seu livro intitulado “Funcionalismo Público”, Petit relatou diversos casos, documentados por ele, da “situação parasitária de porcentagem do funcionalismo”, PETIT, Luiz Leon. *Op. Cit.*, 1950, p. 39.

esbanjando eloquência e erudição, “comprando uma briga aqui outra acolá”, Petit foi arregimentando leitores, interlocutores e, é claro, inimigos e dívidas.

Depois de algum tempo, percebendo que as colunas não estavam surtindo o efeito esperado e se “achando pronto para alçar novos voos”, Petit escreveu e lançou – às próprias custas – o livro *Ruínas de um regime e decadência de uma época: A desgraça que se abate agora sobre o Brasil decorre da falta de caracter (sic)*. O livro é um ensaio, onde o autor expõe, a partir de sua ótica, o panorama político, econômico e social do Brasil pós-Estado Novo. A obra também incluía, nas palavras de Petit, o lançamento das “bases para um empreendimento cívico de salvação nacional”¹³, chamado de Movimento Guarany. Nele, Petit apresenta uma proposta de “saneamento da nação” através de ações “moralizantes” para impedir a derrocada moral do país. A obra, editada pela Organização Sulina em Porto Alegre, em julho de 1950, foi lançada, como ressalta seu autor, “sem nenhum lucro mercantil para seu bolso”¹⁴, somente com o intuito de revelar o “diagnóstico do doente, refletir sobre seus males e propor uma terapêutica” para a sociedade brasileira da época. O livro, entendido como um pronunciamento, é uma espécie de “chave de ouro”¹⁵ da campanha empreendida pelo autor através da veiculação das colunas *a pedido* nos jornais.

A obra é da década de 1950. Segundo afirma Daniel Pécaut¹⁶, em *Os Intelectuais e a Política no Brasil*, esta é uma época cuja palavra de ordem, para a intelectualidade no mundo inteiro, era a adesão voluntária às causas populares. Contudo, no Brasil, essa noção de engajamento já era condição *sine qua non* para a *intelligentsia* nativa, que há muito tempo colocara-se a serviço do conhecimento da “realidade nacional”. Nesta obra, as características mais gerais dos intelectuais brasileiros vão sendo delimitadas. Pécaut afirma que no início do século XX não existia no Brasil uma tradição universitária, mas que a atuação das escolas superiores e faculdades especializadas, como de engenharia e direito, por exemplo, ajudaram a consagrar a tríade reconhecida da intelectualidade nesse período: o advogado, o engenheiro, e é claro, o “homem de cultura”.¹⁷

¹³ PETIT, Luiz Leon. *Op. Cit.*, 1950 p. 295.

¹⁴ PETIT, Luiz Leon. *Op. Cit.*, 1950 p. 5.

¹⁵ No *a pedido* “*Veni, creator, spiritus*”, Petit explica seus planos em relação à confecção de um livro. Diário de Notícias de 18/01/1946 pág. 5.

¹⁶ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1990: p. 6-8.

¹⁷ *Idem*, p. 34.

Já para o sociólogo Sergio Miceli¹⁸, na obra *Intelectuais à brasileira*, os indivíduos legitimados pela sociedade como porta-vozes do discurso político, a partir das grandes transformações ocorridas entre os anos 30-40 (grande incremento na estrutura estatal e a consolidação da grande imprensa) passam a ser, na sua maioria, jornalistas, escritores reconhecidos, ou pessoas ligadas ao aparato acadêmico, estatal ou político-partidário.

Refletindo sobre os pontos aqui destacados e comparando-os com a trajetória do Sr. Petit, foi possível verificar algumas divergências entre sua posição individual e as características gerais do meio intelectual porto-alegrense no período em que Petit empreendeu sua campanha moralista. A produção daqueles intelectuais era norteada pelos padrões legitimadores do meio, ou seja, formavam um grupo de “estabelecidos”, reconhecidos. Norbert Elias e John Scotson definem a noção de grupo dos *estabelecidos* como “aqueles que se autopercebem e que são reconhecidos através de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência”.¹⁹ Este grupo “pequeno e estreito” – para utilizar a conhecida expressão de Sartre sobre o meio intelectual²⁰ – vai aos poucos delimitando uma espécie de estatuto, em que certas práticas “científicas” são impostas aos que fazem parte deste círculo.

Estes mecanismos estabelecem uma relação de poder-saber que normatiza a produção intelectual. Assim, se define, implicitamente, quem pode ou não proferir determinado discurso e quais os lugares de produção socioeconômicos, políticos ou culturais que podem legitimar tais falas. Acreditamos que o grupo de intelectuais porto-alegrenses deste período oferece elementos suficientes para ser pensado através do termo *estabelecidos*, numa referência direta ao conceito descrito por Elias e Scotson.²¹

Contudo, Petit tensiona a homogeneidade aparente deste grupo, escrevendo e se “intrometendo” neste meio, sentindo-se compelido a participar diretamente do debate político, manifestando suas ideias e arregimentando seguidores sem, aparentemente, possuir ligações com os círculos políticos partidários ou acadêmicos, nem ocupar cargo público. Grande parte do conteúdo dos textos de Petit não é original e nem produziu grandes desdobramentos, entretanto, “sua originalidade” reside no fato de o autor, apesar de ocupar um espaço fora do grupo reconhecido pela sociedade dos legítimos

¹⁸ MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P. 76

¹⁹ ELIAS, Norbert. & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro : Zahar, 2000 p.7

²⁰ SARTRE, *apud*. SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: Rémond, René (org). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003 p. 234.

²¹ ELIAS & SCOTSON. *Op. Cit.* 2000 p.7

portadores do discurso político e intelectual, impor sua presença, criando espaço para seus escritos. Assim, ainda seguindo os conceitos propostos por Elias e Scotson,²² no caso aqui analisado Luiz Leon Petit seria o *outsider*, o que está fora do grupo, que não compartilha as mesmas normas de respeitabilidade e de carisma dos *estabelecidos*.

Apesar do estudo de Elias e Scotson ter sido desenvolvido a partir da observação participante de uma pequena comunidade, os autores alertam que seus resultados assumem um caráter universal, servindo de ferramenta para se estudar uma “gama de padrões mutáveis de desigualdade humana”.²³ Entretanto, para a utilização do conceito no estudo da trajetória do Sr. Petit, torna-se necessário uma adaptação, pois a relação *estabelecidos/outsiders* pressupõe dois grupos em contradição, e no caso apresentado por esta pesquisa, observamos uma conduta individual. Mas a adaptação proposta pode ser embasada pelos próprios teóricos que descrevem o grupo dos *estabelecidos* com maior potencial de coesão – controle social e identificação – o que justifica, em parte, sua superioridade, enquanto que “os de fora” possuem falta de coesão interna e dificuldade na identificação entre de seus pares, agindo muitas vezes sozinhos. Portanto, acreditamos que o estudo da dicotomia entre *estabelecidos e outsiders* pode fornecer elementos para a resolução deste problema de pesquisa.

Outro conceito importante é o de *capital político*, extraído da obra de Pierre Bourdieu²⁴, que indica o reconhecimento social e prestígio que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente. Nas palavras de Bourdieu:

O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem.²⁵

É necessário acumular capital para avançar no meio político. Para Luiz Felipe Miguel, no artigo *Capital Político e carreira eleitoral*²⁶, o acesso privilegiado ao universo político, no Brasil da primeira metade do século XX, acontece normalmente por meio da ocupação de cargos na hierarquia política ou na estrutura estatal. Essas

²² *Idem, ibidem.*

²³ *Idem*, p.13–19.

²⁴ BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996 p.28.

²⁵ *Idem*. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 p. 187.

²⁶ MIGUEL: Luiz Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. In; Revista de sociologia e política. Nº 20 p. 115-134. Brasília, ed. UNB, 2003 p.115.

formas de acesso são repudiadas por Petit, que afirma, reiteradas vezes em seus escritos, nada pleitear para si, “pois tenho a graça de ser pobre, sem por isso, de ninguém ser dependente, não me preocupando as posições de mando, que se as quisesse, já há muito as teria”.²⁷ Contudo, mesmo reivindicando para si o estatuto de independência dos meios mais habituais de acesso ao capital político, o autor precisou recorrer a estratégias de comunicação para validar seus discursos.

Para que sua fala fosse levada em consideração pela sociedade porto-alegrense, Petit precisou construir um argumento de autoridade, já que o mesmo não está dado nem pelo local de produção, nem pelo lugar ocupado por ele na hierarquia social. Partindo dos conceitos de capital político e da díade *estabelecidos/outsiders*²⁸, o presente trabalho pretende investigar o processo empreendido por Luiz Petit na construção do capital necessário para legitimar a importância de seu discurso e de seu movimento de ação. Assim, apresentamos o seguinte problema de pesquisa: como se deu a atuação do Sr. Luiz Leon Petit na sociedade porto-alegrense, durante o período de 1945-51, como um intelectual “*outsider*”?

Assim, com a análise da trajetória intelectual de Petit e de sua atuação aparentemente “alternativa” em relação aos “*estabelecidos*” – os legítimos portadores do discurso público – pretende-se ampliar e enriquecer a leitura feita até agora do meio intelectual de Porto Alegre no período pós-Estado Novo.

Cabe esclarecer que o recorte temporal e espacial foi delimitado pela própria produção intelectual de Petit. Apesar de sua campanha ter iniciado antes mesmo do Estado Novo, foi com a redemocratização, em 1945, que as colunas se tornam mais recorrentes. O marco temporal final é o ano de 1951 – ano da morte do autor.²⁹ Além disso, embora Petit tenha publicado *a pedidos* em jornais que circulavam fora de Porto

²⁷ PETIT, Luiz Leon. *Op. Cit.*, 1950 p. 277.

²⁸ Os conceitos de Estabelecidos e Outsiders da obra de Norbert Elias, assim como de Capital Político de Pierre Bourdieu serão melhor apresentados no capítulo 2 deste trabalho.

²⁹ A morte do autor não pôde ser suficientemente esclarecida. Na sua certidão de óbito consta como causa da morte hemorragia interna causada por projétil de arma de fogo em 4/11/1951, e o DN do dia 6/11/51, em curta nota, divulga que Petit morreu de forma trágica em sua residência. Contudo, apesar do pedido de vistas ao processo crime ter sido autorizado, o mesmo não foi localizado pelo setor de distribuição do Foro Central, conforme comunicação do expediente n. 1026-101/000464-6. Duas informações levantadas podem ter relação com a morte do autor. Em primeiro lugar, Petit afirmou, em mais de uma ocasião, em suas colunas, que sofria “ameaças físicas e morais” desde a polêmica com o Chefe de Polícia e suas denúncias contra alguns delegados por abuso de poder (DN, 21/07/46 p. 11). Em segundo lugar, no inventário de seus bens consta que Petit estava altamente endividado e com pagamento de aluguéis atrasado, “coisa que nunca ocorrera anteriormente”, segundo seus credores. Curiosamente, a maior dívida do Sr. Petit era justamente com a gráfica que editou seu livro. (APERS N779 M 14 E2).

Alegre (Distrito Federal, Paraná e São Paulo), foi na capital gaúcha que eles puderam ser agrupados em uma série significativa de volume e frequência.

Este trabalho teve como fonte predominante o conjunto de escritos de Luiz Leon Petit, formado pelas colunas *a pedido* e pelo livro já referenciado, enquadrados na categoria de discursos e pronunciamentos veiculados de forma escrita. Um pronunciamento, segundo Durval Albuquerque Júnior³⁰, é um arrazoado, uma exposição de razões e argumentos sobre uma dada temática, geralmente de caráter moralizante, uma escrita que pressupõe sempre estar falando para uma dada audiência, expor e se expor para uma determinada plateia, cuja opinião procurará cativar e convencer. Além disso, é um ato de vir a público para

manifestar um descontentamento, uma opinião, uma forma de pensar, é tentar mudar o curso da história através da intervenção pública, da força, e não apenas das armas, mas das ideias, das maneiras de pensar, dos valores, das ideologias e das utopias.³¹

O discurso e o pronunciamento trazem a marca da intencionalidade consciente, resultado do esforço de impor ao público uma determinada imagem de si próprio.

A pesquisa não teve pretensão de empreender uma busca pela veracidade dos fatos apresentados nos escritos analisados, mas sim entender como o real foi pensado, escrito e oferecido aos seus contemporâneos por Luiz Petit, ou seja, como ele reivindicou o estatuto de “verdade” para seus textos. Durval Albuquerque Júnior oferece algumas sugestões metodológicas para a utilização de discursos e pronunciamentos como fontes históricas. O princípio básico, segundo ele, é a divisão do processo em análise interna e externa. O estudo externo implica avaliar o texto como um “objeto de comunicação”, sendo necessário interrogar suas relações com o contexto que o envolve, que o situa no tempo e que permitiram o seu pronunciamento. Por outro lado, na análise interna, segundo o autor, os pronunciamentos devem ser tomados como um acontecimento em si mesmo, um evento que merece ser interrogado enquanto tal.³²

Para atingir o objetivo de evidenciar as marcas da construção do capital político por Luiz Leon Petit, a pesquisa foi estruturada seguindo o método proposto acima. Assim, para a investigação externa, foram utilizadas outras fontes para que pudessemos estabelecer algumas considerações de caráter biográfico, além das informações

³⁰ ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. . In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

³¹ *Idem*, p. 223.

³² *Idem*, p. 237.

fornecidas pelo próprio Petit em seus textos, com o intuito de mapear as ações do indivíduo pesquisado em outros aspectos da sua vida, como a sua atuação no ramo profissional ou social, por exemplo. Para ter acesso a esse tipo de informação, utilizamos dois processos criminais – que o tem ora como réu ora como vítima – e o inventário de seus bens.³³ Sobre o uso deste tipo de fonte, Keila Grinberg³⁴ esclarece que, apesar dos processos criminais serem versões construídas sobre um determinado evento, as pessoas envolvidas eram de “carne e osso”, e sobre elas a documentação judiciária nos permite saber dados importantes sobre seu perfil.

Ainda sobre a investigação externa, outro passo importante foi situar os pronunciamentos de Petit numa série mais ampla, contemplando outros, proferidos por indivíduos inseridos nos meios intelectuais e/ou políticos da época, e que compartilhavam a mesma forma, temática ou enunciados, incluindo os que tinham sido formulados e veiculados em resposta às suas denúncias. Além disso, a pesquisa visou revelar quais relações sociais, econômicas e políticas estão imbricadas naquele discurso, e em que relações de poder e saber o autor estava envolvido, ou seja, a sua “ordem discursiva”.

Contudo, para não correr o risco de reduzir a análise a uma ligação de texto-contexto, é necessário levar em consideração que um discurso não é mero reflexo do seu exterior. Ele não pode ser explicado somente pelo que está fora dele; a busca tem que ser feita, também, no “interior” da fala, onde se compreende as ideias, os pensamentos, as emoções e posições políticas, morais e estéticas do emissor. O discurso, apesar de sua intencionalidade revelada, não é transparente, tem regras de produção e estrutura interna, onde a forma discursiva, as regras gramaticais utilizadas, os conceitos, estratégias e escolha de tema merecem ser interrogados. Nesse sentido, não foi objetivo deste trabalho apresentar uma análise de discurso, mas sim, buscar na narrativa dos textos de Petit, marcas das estratégias de comunicação utilizadas por ele, para que suas falas fossem possíveis, e os recursos de que se valeu para que elas fossem consideradas por seus destinatários.

Para que fosse possível entrever a existência ou não de tensões entre os *estabelecidos* e o *outsider*, realizamos dois levantamentos paralelos e complementares. O primeiro corresponde à tentativa de nos aproximarmos das tramas e das redes de

³³ Processos disponíveis no Arquivo Público (APERS) localização N7372 M 356 E29 e N779 M 14 E2.

³⁴ GRINBER, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p. 129.

sociabilidade por onde o autor transitava. Identificamos os nomes citados na obra de Petit, aos quais ele se pronunciou contra ou a favor, além de seus possíveis interlocutores. Como lembra Sirinelli “a atração e a amizade e, o contrário, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham um papel decisivo”, principalmente no levantamento dos itinerários de sociabilidade.³⁵

Para melhor compreender a trajetória do autor foi necessário, também, refletir sobre as características do grupo de pessoas que possuíam legitimidade para serem porta-vozes do discurso público, os possíveis “*estabelecidos*”. Dessa maneira, realizamos um mapeamento dos intelectuais que veiculavam suas reflexões, opiniões e pareceres – os cronistas ou comentaristas políticos³⁶ – como colaboradores³⁷ dos matutinos *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* entre 1945 e 1951. Primeiramente, é necessário indicar os limites desse levantamento, que não corresponde a nenhuma justificativa teórica, mas antes exprimem o cuidado em não extrapolar o tamanho e o tempo que compreende um trabalho de conclusão.

Tal arrolamento foi realizado através de amostragem³⁸ e para que fosse possível manter uma linha de comparação³⁹, foram separados em um grupo aqueles que assinavam⁴⁰, com certa regularidade⁴¹, colunas, artigos ou seções para os jornais citados, em espaços cedidos e não comprados. Dentre eles, foram descartados os correspondentes internacionais ou os de fora do Rio Grande do Sul, além daqueles que abordassem assuntos distantes daqueles tratados por Petit. Sendo assim, ficaram de fora do mapeamento os editoriais, as matérias realizadas por correspondentes, e aquelas

³⁵ SIRINELLI, Jean-François. *Op. Cit.*, 2003 p. 250.

³⁶ Segundo Villas-Boas Corrêa, muitas vezes, no cotidiano dos jornais, o papel do colunista do analista político e do articulista se confundiam. A partir do final dos anos 40, a análise política vai se consolidando como uma crônica assinada. Correa, Luiz A. Villas Boas (depoimento 1997) RJ CPDOC/ALERJ, 1998.

³⁷ Walter Galvani se refere a esses colaboradores como “correspondentes epistolares”. GALVANI, Walter. Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

³⁸ Pesquisa realizada por amostragem com a seguinte metodologia: Nos dois primeiros anos foram examinados os dois periódicos nos doze meses de publicação. Nos anos seguintes, em meses alternados por periódico, totalizando a leitura de seis meses de publicação de cada jornal em cada ano.

³⁹ Apesar de se ter em mente que a produção intelectual era muito mais ampla do que a especialidade de crítica política e social, optou-se por analisar somente essa especialização do campo de produção cultural por possibilitar uma observação mais direta entre as trajetórias do grupo e do personagem central deste trabalho. Sabe-se que desse modo ramos como a crítica literária e a história, importantes práticas intelectuais do período ficaram de fora desta análise.

⁴⁰ Excluindo, portanto, aquelas sem assinatura ou que foram assinadas através de pseudônimos que impediram suas devidas identificações.

⁴¹ Quanto ao quesito regularidade, foram selecionados aqueles cronistas que publicavam repetidas vezes ao longo do período. Assim, levamos em conta tanto aqueles que escreviam com frequência diária, semanal ou mensal, ou que se repetiam ao longo do ano pesquisado. Descartamos, somente, aqueles que publicavam muito eventualmente.

colunas que não abordassem de forma direta temas sobre política, economia e sociedade.⁴²

O resultado deste levantamento permitiu reunir um agrupamento com os cronistas que se pronunciaram a convite dos jornais, entendidos como sendo os legítimos porta-vozes do discurso público. Esse quadro reuniu 53 colunistas, mas somente 43 deles foram devidamente identificados através de dicionários biobibliográficos⁴³ ou de informações registradas nas próprias páginas dos jornais examinados. A partir disso, algumas questões puderam ser levantadas, como: quem foram os indivíduos da sociedade porto-alegrense que escreviam sobre política, veiculando suas crônicas nos periódicos citados; quais suas principais atuações, de “onde falam”, ou seja, a que instituições estavam ligados, as quais, porventura, sustentavam seus discursos. Este quadro ofereceu elementos importantes para uma reflexão sobre o meio intelectual e político do período, e que é melhor detalhado no capítulo 1.

O trabalho se divide em dois capítulos. O primeiro trata das relações estabelecidas entre Luiz Leon Petit e o meio intelectual de Porto Alegre, analisando as principais características do grupo em que ele pretendia se “intrometer”. Com essa finalidade, primeiramente apresentamos uma breve discussão sobre as características mais gerais do meio intelectual brasileiro, contrapondo com os dados coletados sobre o grupo de cronistas políticos de Porto Alegre – destacando continuidades e rupturas entre o centro e a periferia. Após esta contextualização, é apresentado nosso personagem, um *outsider*, e as estratégias que desenvolveu com o intuito de legitimar sua atuação em que não passava de “um estranho no ninho”.

O segundo capítulo tem dois momentos. No primeiro, a partir da dicotomia entre os *estabelecidos* e o *outsider*, são examinadas algumas polêmicas em que se intrometeu o Sr. Petit. Para isso, foi mapeada a rede de sociabilidade estabelecida pelo autor – seus interlocutores nas brigas públicas, mas também homens ilustres que admirava e, evidentemente, os que desprezava. Esta análise permitiu a revelação das estratégias empregadas por Petit para tentar se inserir no meio intelectual de Porto Alegre. No segundo momento, são elencados os argumentos mais recorrentes a que o autor lançou mão para tentar legitimar seu discurso político.

⁴² Não foram exploradas as colunas que envolviam assuntos como literatura, religião, moda, arte, “boas maneiras”, pois apesar de serem temas relacionados com a sociedade não foram o objeto central das análises do personagem estudado.

⁴³ MARTINS, Ari. Escritores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Da Universidade do Rio Grande do Sul, 1978.

1. OS ESTABELECIDOS E O OUTSIDER

A edição de 25 de maio de 1946 do *Correio do Povo* (CP) trouxe estampada na contracapa a manchete: “O Rumoroso Caso do Instituto de Educação”.⁴⁴ A reportagem, dividida em várias páginas internas do jornal, retratava o embate entre os professores do ilustre colégio com o Secretário de Educação Francisco Brochado da Rocha, que resultou no fechamento do Instituto por dez dias. O motivo do fechamento foi a acusação da Diretora Maria Heloisa Degrazia de que um grupo de professores estaria provocando “agitações de caráter comunista” durante uma assembleia ocorrida naquela escola.

O caso repercutiu bastante e a sociedade porto-alegrense utilizou as páginas dos periódicos para manifestar sua opinião sobre o assunto. Neste mesmo dia, tanto o CP quanto o DN veicularam uma longa lista de assinaturas em apoio aos professores da instituição, condenando o “ato antidemocrático” de Francisco Brochado. A lista, que tinha como título “Moção dos Intelectuais de Porto Alegre em solidariedade ao Instituto de Educação”, reuniu, segundo o jornal, o “verdadeiro scoll (*sic*) social da capital”, contando com a presença dos principais advogados, médicos e intelectuais, como explica o cabeçalho da publicação.⁴⁵ A moção, com dezenas de nomes, estranhamente incluía a assinatura do personagem central deste trabalho, que, segundo sua própria definição, era um “conhecido anticomunista”. Apesar da aparente contradição, a participação do autor nesta manifestação possibilita análises importantes sobre a sua atuação e também sobre a intelectualidade da época.

Mas quais são os critérios utilizados para se definir um intelectual? Na tentativa de se estabelecer critérios de delimitação fixos corre-se o risco de favorecer o uso mecânico de “moldes” que desconsideram que o próprio termo sofreu oscilações de significado ao longo do tempo. A fim de evitar incorrer neste erro, Sirinelli defende uma “definição de geometria variável, mas baseada em invariantes”, que podem desembocar em duas acepções mais usuais do termo, uma mais ampla e sociocultural, englobando os criadores e os mediadores culturais, e a outra mais estreita, baseada na noção de

⁴⁴ “O Rumoroso Caso do Instituto de Educação”, CP de 25/05/1946 p. 4,8 e contracapa.

⁴⁵ “Moção dos Intelectuais de Porto Alegre em solidariedade ao Instituto de Educação” CP de 25/05/1946 p. 8.

engajamento. A primeira compreende a possibilidade do intelectual se reconhecer e ser reconhecido pelos seus pares como tal, e a segunda acepção, por sua vez, vê o intelectual como protagonista de manifestos, compreendido como sujeito sempre situado politicamente e que causa embaraço ao se intrometer no que não é chamado. Tais características fazem parte de sua especialização, reconhecida pela sociedade em que vive, e que legitima sua intervenção no debate da cidade.⁴⁶ Nesse sentido, Norberto Bobbio afirma que “após a invenção da imprensa, a figura típica do intelectual passa a ser o escritor, o autor de livros, de libelos e depois de artigos de revista e jornais, de manifestos ou cartas públicas”.⁴⁷

Refletindo então sobre os pontos acima destacados, a moção movida pela intelectualidade de Porto Alegre pode ser entendida como uma intervenção na arena política da cidade, onde os integrantes da ação se reconhecem⁴⁸ ou pelo menos tem a pretensão de serem reconhecidos como intelectuais. A busca do reconhecimento como fenômeno interpessoal contribui para assegurar a mediação entre a individualidade do intelectual e o caráter coletivo da ação e da visibilidade dos intelectuais enquanto grupo para a toda a sociedade.⁴⁹

A comunidade intelectual é composta, portanto, de redes de interconhecimento e ainda, de inter-reconhecimento.⁵⁰ A lista incluía tanto aqueles reconhecidos por seus próprios nomes, quanto aqueles que, apesar de anônimos, também se sentiam imbuídos das “funções históricas” dos intelectuais. Neste ponto, cabe uma observação: apesar de certo “desdém” que Petit demonstrava em seus textos pela intelectualidade de sua época⁵¹, o autor deixou entrever, no ato de participar da moção, a intenção de ser reconhecido pelos intelectuais como sendo integrante do grupo que por tantas vezes criticou.⁵²

Examinando mais de perto os indivíduos que assinaram o manifesto, podemos verificar que, apesar das motivações para a participação serem as mais diversas, as suas profissões variavam pouco. Advogados, engenheiros, médicos, jornalistas e professores

⁴⁶SIRINELLI, Jean-François. *Op. Cit.*, 2003, p. 242.

⁴⁷ BOBBIO, Norberto 1997 *apud* DORS, Marins. Dyonélio Machado: Os múltiplos fios da trajetória ambivalente de um intelectual. Dissertação Mestrado UNISINOS, São Leopoldo, 2008.p. (25 -26)

⁴⁸No dia seguinte da divulgação da Moção, Armando Temperani Pereira mandou publicar um *a pedido* nas páginas do CP solicitando que seu nome fosse retirado de tal manifesto, pois além de não prestar solidariedade a nenhum dos lados envolvidos na questão, não poderia ser arrolado como um intelectual devido à “inexpressão de sua personalidade”, CP, 26/05/46.

⁴⁹ LECLERC, 2005 *apud* DORS, Marins, *Op. Cit.* p.31

⁵⁰Idem, *ibidem*.

⁵¹PETIT, Luiz Leon. *Op. Cit.*, 1950 p. 134 e 257.

⁵² Cabe lembrar que na oportunidade da moção Petit ainda não tinha lançado seu livro.

constam repetidamente no numeroso manifesto que foi publicado em parcelas durante vários dias nos jornais locais. Essa informação, contudo, não constitui nenhuma novidade, já que os intelectuais brasileiros normalmente apresentavam, na primeira metade do século XX, como destacou Pécaut,⁵³ três perfis: o advogado, o engenheiro e o “homem de cultura”.

Num primeiro exame, a participação de um “pequeno industrial químico”, ou um “mero manipulador de drogas” – como Petit costumava se apresentar – na moção dos intelectuais da capital gaúcha, pode nos sugerir que ele é uma espécie de “estranho no ninho”. Assim, para que se possa refletir sobre a trajetória intelectual do personagem central deste trabalho é necessário primeiro localizar sua posição, tanto em relação ao meio em que ele estava inserido, quanto ao que tentou impor sua presença.

1.1 Os intelectuais no centro do país

A fim de compreender melhor a atuação dos intelectuais na província, julgamos importante apresentar primeiramente algumas discussões de caráter mais abrangente, e que servirão de referência para comparar com a realidade encontrada em Porto Alegre. Para isso, recorreremos às obras tradicionalmente referidas: *Os Intelectuais e a Política no Brasil*, de Daniel Pécaut, e *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil: 1920-1945*⁵⁴, de Sergio Miceli. Este último estudou as condições de formação da vida intelectual no Brasil, e o foco de sua interpretação centrou-se na combinação entre o declínio social e as crescentes necessidades emergentes da racionalização burocrática nas décadas de 1930 e 1940. Segundo o autor, os intelectuais brasileiros originam-se, na sua maioria, da oligarquia decadente, e percebem na carreira de produção cultural uma forma de não ter diminuído seu *status*. A principal área de atração foram “as letras”: “homens letrados”, romancistas, jornalistas assalariados, advogados, professores. Miceli enumera os principais setores em expansão, no âmbito do mercado de trabalho, em que concorriam os postulantes às carreiras intelectuais: as organizações partidárias e instituições culturais dependentes dos grupos dirigentes, o mercado editorial, e o serviço

⁵³ PÉCAUT, Daniel. *Op. Cit.* 1990: p. 34.

⁵⁴ MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 -1945)*. São Paulo: Ed. Difel, 1979.

público. Ele afirma que a modalidade inicial de inserção no campo intelectual estava intimamente ligada à atividade em jornal ou a ocupante de cargo público.

Seguindo na reflexão do autor, a partir da década de 30, com o aumento da complexidade do aparato do Estado e com a consolidação das grandes empresas jornalísticas, o mercado intelectual sofreu transformações consideráveis, favorecendo o surgimento de um “campo intelectual” mais fortemente delimitado. Para Miceli, estes indivíduos, envolvidos com as atividades intelectuais, formariam um *campo*⁵⁵ que reivindicaria para si critérios especiais de avaliação, firmando uma rede de instâncias de produção, difusão e consagração, cujos padrões de legitimidade norteariam o trabalho intelectual.

Em contrapartida, na obra *Os Intelectuais e a Política no Brasil*⁵⁶, Daniel Pécaut ressalta que o Estado Novo foi exemplar no “acolhimento” de intelectuais dentro do aparato estatal, e que na tentativa de se apropriar das representações do fenômeno político proposto por eles, acabou fornecendo as bases para a “profissionalização” e organização de um ambiente intelectual. Todavia, o autor sugere que a geração de intelectuais posterior a 1945 apresentava uma menor coesão interna que a anterior.

Pécaut também critica o “agenciamento cruzado de condicionantes sociais” proposto por Miceli, isto é, a confluência obrigatória entre as estratégias assumidas pelas famílias decadentes dos postulantes à intelectualidade, e a inserção no “mercado intelectual de postos”. Para Pécaut, o argumento de Miceli desconsidera que “os escritores mobilizaram outros tipos de recursos, que não se limitavam à sua proximidade social com as elites: era muito importante também o domínio de um saber socialmente valorizado”.

Da mesma forma, as convicções políticas não podem ser entendidas como meramente ditadas pela conveniência de acesso aos empregos; a politização do intelectual não foi pretexto para promover interesses próprios, mas, antes de tudo, expressa sua conversão à ação política. A legitimidade e as características constitutivas da identidade do grupo intelectual derivam da “construção de uma cultura política”.

⁵⁵ A noção de campo apresentado por Miceli converge para a teoria dos “campos” de Pierre Bourdieu. Segundo Bourdieu, o *campo* “é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias.” BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1997 p. 57.

⁵⁶ PÉCAUT, Daniel. *Op. Cit.* 1990: p. 10 – 22.

Além disso, Pécaut chama a atenção para as articulações entre o campo intelectual e a esfera política:

Uma vez que a atividade intelectual é orientada pela responsabilidade assumida diante do imperativo nacional, em que medida poderiam ambas ser dissociadas? Ou, mais exatamente: seria possível falar num campo intelectual fundado numa lógica interna de funcionamento?⁵⁷

Apesar das obras acima citadas apontarem como ponto de viragem para a constituição de um possível campo intelectual o período pós-Revolução de 30, intensificando-se com o Estado Novo, seus estudos não cobrem o período da redemocratização, entre 1945-1950. Miceli, por exemplo, centra sua atenção entre 1920-45 e Pécaut divide seu estudo entre a geração 1920-40 e, num segundo momento, nos anos de 1954-64. Além disso, o foco destes autores não foi o Brasil como um todo,⁵⁸ como explica o próprio Pécaut na sua introdução: “na realidade tratamos quase exclusivamente dos paulistas, cariocas e mineiros; (...). Nossa desculpa é que, desse modo, não fizemos mais que acompanhar a maioria dos autores brasileiros”.⁵⁹

Contudo, para o estudo da questão intelectual no cenário local, é imprescindível que se atente às diferenças entre as conjunturas culturais no centro do país e as condições nas regiões periféricas. Nesse sentido, Coradini lembra que o século XX apresentou novas tendências para o panorama brasileiro, como um maior fortalecimento e centralização do Estado, e da associação da condição de “intelectual” com esse processo. Contudo, tais tendências assumem contornos e padrões próprios para cada caso particular, visto que alguns estágios deste processo podem sofrer influência de especificidades locais.⁶⁰ Além disso, o autor ressalta que:

a relativa autonomia da produção cultural, seja científica, seja literária e artística, além de processo histórico, serve também como base de formulação conceitual, inclusive para a noção de “campo”. Isso pressupõe a existência de uma esfera com lógica e princípios de concorrência e hierarquização próprios, o que implica relações entre os recursos sociais dos agentes e as tomadas de posição. Visto que, em condições periféricas, não haveria processo histórico nessa situação de relativa autonomização dos diferentes “campos”, as relações entre a constituição dos agentes, ou suas respectivas estruturas de capital e

⁵⁷ PÉCAUT, Daniel. *Op. Cit.* 1990, p. 18.

⁵⁸ Miceli faz uma exceção utilizando em sua análise a trajetória do escritor gaúcho de Erico Verissimo.

⁵⁹ PÉCAUT, Daniel. *Op. Cit.* 1990, p. 12.

⁶⁰ CORADINI, Odaci Luiz. “As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)”. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.32, 2003, p. 124-144.

disposições, e as tomadas de posição implicariam, em seus graus mais elevados, outras lógicas sociais.⁶¹

Neste caso, é interessante perceber que a fragilidade do grau de autonomia dos espaços sociais em regiões periféricas resulta em uma maior heterogeneidade da produção e consagração cultural, atuando a partir de dois condicionamentos básicos: uma maior importância das instâncias e dos critérios externos de consagração, e uma maior associação e dependência relativa à esfera política. Outro ponto importante, segundo Coradini, é que esta insuficiência também age para fortalecer o papel do intelectual.⁶²

Portanto, se no centro do país as transformações ocorridas durante o Estado Novo permitem a Miceli considerar possível a *autonomização* do “campo intelectual”, na periferia, ao contrário, esse processo não se reproduz da mesma forma. Por mais que tenham ocorrido mudanças no “mercado intelectual”, cujo fortalecimento ocasionou indubitavelmente uma maior “profissionalização” e reconhecimento do trabalho intelectual na sociedade, tais transformações não autorizam que se fale numa *autonomização* do “campo intelectual” em Porto Alegre, ao menos no período subsequente à redemocratização. Na província, a própria lógica da produção cultural e de legitimação desta produção estão associadas a critérios externos ao meio e intimamente dependente de outras esferas sociais.

1.2 “Quem participa das rodas intelectuais da capital gaúcha?”

Para se tentar reconstruir o lugar ocupado por Petit na trama de relações sociais e na hierarquia de reconhecimento no meio intelectual de Porto Alegre, foi preciso estabelecer algumas características do grupo de pessoas que eram os legítimos portadores do discurso público, ou seja, quem eram as pessoas que foram chamadas a tecerem seus comentários ou opiniões sobre questões políticas e sociais, nas páginas dos jornais de maior circulação na capital gaúcha entre 1945 e 1951.

⁶¹ CORADINI, Odaci Luiz. *Op. Cit.* 2003, p. 125.

⁶² *Idem*, p. 126.

A partir de uma pesquisa⁶³ realizada nas páginas do CP e do DN, selecionamos uma amostra com os nomes dos 43 cronistas⁶⁴ que mais frequentemente publicaram suas crônicas políticas ao longo do período compreendido por este trabalho, possibilitando algumas considerações sobre o grupo. Além do mapeamento dos cronistas, foi necessário o levantamento de dados sobre suas atuações sociais, utilizando para isso informações contidas nos próprios periódicos ou divulgadas em dicionários biobibliográficos.⁶⁵

A primeira caracterização importante é referente à formação acadêmica. Grande parte do grupo (26 integrantes dos 43 cronistas apurados) eram bacharéis em Direito. O grupo ainda contava com 5 médicos e 1 agrônomo. Para os demais, o quesito “formação” se confunde com o “ramo de atuação” como, por exemplo, no caso de jornalistas, economistas, sociólogos e historiadores.

Em relação aos jornalistas, cabe ressaltar dois pontos: em primeiro lugar, 22 integrantes do grupo mapeado foram designados como jornalistas, mas somente 5 pareciam ter funções voltadas exclusivamente à rotina jornalística no período; em segundo, o jornalismo nesta época se refere mais à atuação profissional propriamente dita, dentro dos jornais e revistas (redator, tipógrafo, ou cronista), do que uma formação acadêmica específica. Também nessa linha, 11 integrantes foram classificados como “sociólogos” e 8 como “historiadores”.

Contudo, apesar de Pécaut alegar que todos os intelectuais brasileiros mantinham laços com as “ciências sociais”, principalmente após a década de 30, essa “sociologia” nada mais é do que o discurso que o Brasil faz sobre si mesmo, designando aqueles que detinham o conhecimento sobre a problemática social do país.⁶⁶ Indistintamente, a sociologia, a história e a literatura representavam práticas intelectuais cujo compromisso comum seria expressar a realidade da vida social. Mara Rodrigues, por sua vez, acrescenta que as fronteiras nas áreas de produção cultural não eram fixas. Segundo ela, durante muito tempo no Brasil as disciplinas humanas eram atividades intelectuais exercidas pelos mesmos indivíduos que se dedicavam à literatura, ao

⁶³Muito embora essa pesquisa tenha sido realizada por amostragem, a quantidade de fichas e anotações geradas na pesquisa foi suficiente para que sentíssemos o perigo de ser soterrados pela abundância de documentos, a “síndrome de mineiro” aludida por SIRINELLI, Jean-François. *Op. Cit.* 2003 p. 244.

⁶⁴ Mesmo que o grupo analisado seja somente uma pequena parte da “intelectualidade de Porto Alegre”, seu estudo possibilitou algumas reflexões, ainda que por vezes superficiais, do meio intelectual do período.

⁶⁵Os passos da pesquisa foram explanados na Introdução deste trabalho.

⁶⁶PÉCAUT, Daniel. *Op. Cit.* 1990, p. 7.

jornalismo, ou às atividades políticas e governamentais, sem que isso fosse considerado contraditório.⁶⁷

Se para os intelectuais do centro do país o papel da imprensa foi um dos elementos (entre outros) na profissionalização da atividade, durante a primeira metade do século XX, numa situação de frágil institucionalização e de dispersão da produção e transmissão de cultura, como no caso de Porto Alegre, os jornais e revistas se tornaram os principais pontos de aglutinação de intelectuais.⁶⁸ A colaboração literária, a crônica política e social, se tornaram atividades regulares dos intelectuais, que além de prover uma renda suplementar cada vez mais indispensável, facilitada pelo grande avanço das novas empresas jornalísticas, também lhes proporcionavam a maioria das gratificações (sejam elas pecuniárias, sejam simbólicas) e posições de reconhecimento social.⁶⁹

Além disso, percorrendo as notas biográficas do grupo selecionado, podemos perceber que os cargos de revisor, articulista e redator foram as “grandes portas” para o início de uma carreira intelectual. Dos 22 integrantes classificados como jornalistas, 15 possuíam como primeira atividade atuações como “redator” ou “revisor” de jornais de Porto Alegre, interior do Estado e do Rio de Janeiro.

Outro ponto importante é a presença dos professores. O grupo contava com 24 colonistas apontados como professores dentro do item área de atuação, sendo que 19 lecionavam em ensino superior e 5 eram professores de escola regular. Porém, em nenhum dos casos a licenciatura aparece como única ocupação.

Neste sentido, cabe ressaltar que um dos obstáculos enfrentados pela pesquisa ocorreu na tabulação dos resultados, pois somente em raros casos os intelectuais estudados atuavam em uma única área. A sobreposição de atividades profissionais parece ser a tônica dos intelectuais do período, com um mesmo indivíduo desempenhando uma função no serviço público conjuntamente com o jornalismo e a licenciatura e, por vezes, também com cargos eletivos. Como por exemplo, podemos mencionar as atuações de Emilio Kemp que era médico, jornalista, historiador, escritor, Inspetor Público Estadual, professor do ensino superior, ou de Manoelito de Ornellas que era advogado, jornalista, redator, escritor, crítico literário, diretor do Departamento de Imprensa Oficial, professor de filosofia da UFRGS. Ou ainda, Coelho de Souza,

⁶⁷ ROFRIGUES, Mara Cristina. Da Crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925 a 1964. Tese de doutoramento PPG em História IFCH/ UFRGS, Porto Alegre: 2006 p. 25 e 43.

⁶⁸ CORADINI, Odaci Luiz. *Op. Cit.* 2003, p. 128.

⁶⁹ MICELI, Sergio. *Op. Cit.* 201. P. 54.

advogado, Consultor Jurídico do Estado, Professor da UFRGS e deputado federal (1951-1962).

O fator mais revelador do mapeamento se refere à área de ocupação que mais aglutinou os integrantes do grupo. Do total mapeado, 34 faziam parte do aparato estatal como funcionários públicos, enquanto 11 somavam às suas ocupações cargos eletivos como deputados, vereadores ou senador.

Os dados coletados nos permitem refletir sobre a continuidade da ligação entre os intelectuais e a estrutura estatal. Mesmo que para o centro do país a “ligação orgânica” entre a elite intelectual e o aparelho político tenha sofrido grandes alterações, “inclusive abrindo para aqueles intelectuais que pretendiam apagar todos os traços do arcabouço corporativista formado a partir de 1930 e reavivar as tradições liberais”⁷⁰ como chegou a afirmar Pécaut, para os locais mais periféricos, como Porto Alegre, essa convergência parece continuar desempenhando um forte papel. Por mais que a Revolução de 30 e o Estado Novo tenham operado como fator de mobilização, engajamento, e posterior desilusão dos intelectuais com a ação política, no período de redemocratização, muitos intelectuais continuavam envolvidos com o aparato do Estado, seja desempenhando funções burocráticas, seja empenhados com as lutas político-partidárias.

Em fevereiro de 1947, o jornal *Diário de Notícias*, frente às “mudanças nos interesses dos intelectuais pelas lutas políticas e/ou partidárias”, resolveu iniciar um debate sobre a “responsabilidade do intelectual no mundo da moderna política”⁷¹, num período de “reconstrução moral e espiritual” que o país estava passando. O primeiro entrevistado escolhido foi Manoelito de Ornelas, que refletiu sobre a posição do intelectual na arena política após o fim da ditadura Vargas e da queda do Nazismo:

Penso que o escritor não se torna “responsável” pelo caos de sua época alheando-se às disputas políticas. Como “responsáveis”, podemos participar de todos os debates e intervir em todas as resoluções que interessem, de perto, à vida do nosso povo (...) sem a necessidade de um rótulo político, isto é, sem a condição obrigatória de um partido, que nos dê uma cor, que nos atrele a uma disciplina que nos condicione à obediência⁷².

⁷⁰ PÉCAUT, Daniel. *Op. Cit.* 1990, p. 17.

⁷¹ “Qual a responsabilidade do intelectual no mundo da moderna política? Entrevista com o brilhante romancista, ensaísta, crítico e jornalista que estava naturalmente indicado para abrir a nossa enquete o escritor Manoelito de Ornelas”, DN, 16/02/47 p. 18.

⁷² Entrevista concedida por Manoelito de Ornelas para o jornal *Diário de Notícias* de Porto Alegre em 16/02/1947 p. 18.

Manoelito defende, portanto, o direito do intelectual em não se atrelar a um partido ou programa sem que isso represente seu distanciamento das questões sociais do país. A despeito de um possível desinteresse intelectual pela esfera político-partidária no meio intelectual gaúcho, como chegou a afirmar Coradini⁷³, o que pôde ser constatado nesta pesquisa é que, pelo menos para uma parcela considerável dos colunistas políticos da época, essa ação continuava tendo um papel destacado.

O grupo de colunistas contava com nomes importantes no cenário político regional, como: Raul Pilla, Alberto Pasqualini, Adail Moraes, Adel Carvalho, Coelho de Souza, Daniel Faraco, Fernando Ferrari, Joaquim Osório. Estes, além de representar “o povo” nas respectivas assembleias, continuavam colaborando assiduamente com a crítica política nas páginas dos jornais. Tal fato sugere que a atuação no meio político persistia como um fator importante como argumento de autoridade da atividade intelectual.

O relativo afastamento das lutas governamentais, porém, não representou a saída dos intelectuais da estrutura estatal, já que a ocupação de cargos públicos continuava uma atividade corrente, como podemos constatar a partir dos dados do grupo pesquisado. Desse modo, o acesso a esses postos podem ser percebidos como forma de legitimação do local de produção do discurso público, especialmente para aquele grupo de especialistas em crítica política e social.

Por outro lado, podemos deduzir que a procura por essas ocupações respondia a questões mais práticas e talvez menos nobres: a garantia de renda e gratificações, para que se pudessem desenvolver outras atividades intelectuais não tão rentáveis. Nesse sentido, o testemunho de Manoelito de Ornellas para o DN é emblemático. Quando o repórter questionou se o indiferentismo partidário não era uma situação cômoda que o escritor procurava para viver sua vida, Manoelito respondeu:

Não me parece que no Rio Grande do Sul haja um só escritor que seja “aristocrata”, que viva de sua fortuna, como um sibarita.

(...)

Todos somos proletários na amplitude do termo. Lutamos para viver. Os mais aquinhoados e os mais famosos, trabalham pelo menos dez horas por dia. Sou dos menores, mas saiba que cumpro mensalmente com oito contratos que assumi com a imprensa do meu país (...) além das funções públicas que exerço no Estado. Sou como qualquer

⁷³ CORADINI, Odaci Luiz. Op. Cit. 2003, p. 135.

trabalhador, um homem sujeito a inúmeras obrigações e compromissos de que dependem sua subsistência e de sua família.⁷⁴

Os dados coletados sugerem que os dois principais argumentos legitimadores da função de cronista político nos jornais de Porto Alegre são: a graduação na área do Direito, demonstrando o peso dos títulos; e a ligação com o aparelho do Estado. Estas ligações se revelaram, pelo menos no grupo estudado, a forma por excelência de legitimação do discurso público.

1.3 Luiz Leon Petit, um *outsider*

O exame das características do grupo de cronistas políticos e, até certo ponto, do meio intelectual porto-alegrense, nos forneceu mais elementos para a análise da trajetória intelectual de Luiz Leon Petit. Os principais traços que diferenciavam, de um lado, a trajetória intelectual da grande maioria do grupo dos legítimos portadores da palavra pública – *os estabelecidos* – e de outro, o caminho percorrido por Petit – o *outsider* – eram bem visíveis. Petit não tinha diploma de direito, medicina ou economia; não foi redator, nem jornalista, professor, sociólogo ou historiador.

Segundo ele mesmo, nunca ocupou cargo público e pretendia morrer sem ocupar.⁷⁵ A sua principal atuação na sociedade não se relacionava com o ramo da cultura, do ensino ou da política: Petit era um farmacêutico, dono de um laboratório. Entretanto, mesmo com tantas características que o afastavam do grupo de intelectuais, ele não se furtou de tentar se inserir naquele meio, vindo a público pelos mesmos veículos para expressar e defender suas posições políticas e sociais.

O grupo dos cronistas políticos não se percebia como um grupo separado da intelectualidade porto-alegrense do período, pois não compunham um espaço social delimitado, homogêneo ou mobilizado, nem com regras estabelecidas com a intenção de manter sua coesão e superioridade, e que respondessem a uma lógica própria de funcionamento. Porém, alguns pontos de suas trajetórias são reconhecidos pelos seus contemporâneos como critérios importantes para a credibilidade do discurso público.

⁷⁴Entrevista concedida por Manoelito de Ornelas para o jornal Diário de Notícias de Porto Alegre em 16/02/1947 p. 18.

⁷⁵ PETIT, Luiz Leon. Op. Cit. 1950, p. 278.

Dessa maneira, mesmo que o grupo não tenha convencionado normas e restrições para inclusão ou exclusão dos integrantes no grupo, os critérios externos de reconhecimento operavam neste sentido. Assim, neste caso específico, a relação entre os *estabelecidos* e o *outsider* está interligada com a posição que cada qual ocupava na hierarquia de reconhecimento social.

A partir da leitura dos jornais pesquisados, verificamos que as principais formas de tratamento ou adjetivos de apresentação referiam-se a Petit como “zeloso cidadão”, “conhecido industrial-farmacêutico local”, “pessoa vastamente relacionada nesta cidade”, mas jamais como intelectual, “homem de letras”, etc. Um bom exemplo disso é o seu necrológio⁷⁶, que não traz qualquer referência à sua atuação como escritor. A apresentação difere claramente das utilizadas pelos mesmos jornais para qualificar seus cronistas políticos: “brilhante intelectual”, “grande estudioso”, “especialista em questões sociais”, “o mais qualificado cronista” só para citar os exemplos mais comuns. Por mais que Petit tenha insistido em atuar na mesma área de produção cultural, ele não era considerado integrante daquele grupo, tanto é que ele sempre pagou para ter seus escritos publicados.⁷⁷ Essa diferença de tratamento é uma clara demonstração da posição periférica ocupada por Petit na hierarquia intelectual da época, já que ele carecia dos principais critérios externos de reconhecimento.

Enquanto os *outsiders* exercem pressões tácitas ou agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder ou reconhecimento por sua situação inferior, os *estabelecidos* fazem a mesma coisa em favor da preservação ou incremento destas diferenças.⁷⁸ Uma forma encontrada por Petit para justificar ou para tentar diminuir sua posição marginal na hierarquia de reconhecimento, em relação aos outros intelectuais envolvidos com a crítica política, foi sustentar discursivamente um aparente desprezo por esta categoria.⁷⁹

Petit criticou vários pensadores políticos que, segundo ele, somente portavam títulos e postos de mando, mas que pouco faziam pela “nação”, pois “preferem o agasalho com calorias influentes de um posto de prestígio e o afago daquele que deveria denunciar”.⁸⁰ Por diversas vezes, Petit reafirmou que se mantinha independente de qualquer partido político ou de pessoa influente para que pudesse “dizer o que sua

⁷⁶ DN, 6/11/1951 p. 9.

⁷⁷ Salvo no caso dos pedidos de transcrição dos telegramas por terceiros.

⁷⁸ ELIAS, Norbert. & SCOTSON, John L. *Op. Cit.*, 2000, p. 37.

⁷⁹ PETIT, Luiz Leon. *Op. Cit.* p. 256/257.

⁸⁰ PETIT, Luiz Leon. 1950, p. 41. Petit, p. 41.

consciência determinava”. A constante necessidade em sublinhar a diferença entre os “dependentes” e a sua “independência”, nos autoriza pensar que Petit construiu esse argumento para justificar sua posição periférica. Assim, seguindo a lógica do seu raciocínio, ele não teria sido reconhecido e não faria parte do meio porque não comungava com a possível dependência do pensamento político e intelectual.

Em contrapartida, segundo Elias e Scotson, os conceitos usados pelos grupos *estabelecidos* como meio de fixar escalas de hierarquia podem variar conforme as características de cada grupo. Uma forma eficiente de desacreditar a atuação do *outsider* é atribuir a esse sujeito o adjetivo de “anômico”. Assim, o *outsider* é visto como descumpridor de certas normas e regras tidas como importantes para os *estabelecidos*.⁸¹ Ironicamente no caso do Petit, a principal alegação de descrédito contra a sua atuação foi justamente porque ele estaria “sozinho” nas suas críticas, por não representar nenhum grupo, por ser, enfim, “independente”. Como exemplo, podemos citar a fala do Chefe de Polícia, o Dr. Roque Aita Júnior, no seu pronunciamento à imprensa, quando anunciou que levaria a “pretório” o Sr. Leon Petit:

a postura descortês do meu agressor, que me obriga a levar após 24 anos de vida pública, um injuriador ao Pretório, somente pode ser a atitude de um “aventureiro”, apesar do cidadão ser um conhecido industrial. Ele representa somente seus imperativos. Sua atitude de me expor ao ridículo público, distribuindo a todos os lados injúria de baixo calão só pode ser fruto de quem não tem comprometimento com ninguém a não ser com si próprio.⁸²

Apesar das principais “respostas” às atitudes de Petit terem surgido a partir de pronunciamentos de indivíduos da cena política, o próprio “silêncio” dos meios intelectuais do período a respeito de sua atuação na área da crônica política, demonstra uma certa forma de constrangimento disciplinar. O silêncio nesse caso também age como uma forma de deslegitimação, na tentativa de manter o *outsider* em seu devido lugar: à margem da escala de reconhecimento social e cultural.

⁸¹ ELIAS, Norbert. & SCOTSON, John L. *Op. Cit.*, 2000, p 26/27.

⁸² “O chefe de Polícia vai processar o Sr. Petit”. Pronunciamento do Dr. Aita Júnior para o DN pag. 3. Esse episódio será melhor tratado no capítulo 2.

2. NAS TRAMAS DE PETIT: SOCIABILIDADE EM TEMPOS DE POLÊMICA

Para tentar entrever as possíveis tensões entre os *estabelecidos* e o *outsider*, foi necessário mapear a rede de sociabilidade estabelecida pelo autor. Os integrantes do meio intelectual são “atados” por laços invisíveis, que se ligam formando uma espécie de teia, onde amizade, hostilidade e rivalidade desempenham um papel decisivo, principalmente no levantamento dos itinerários de sociabilidade.⁸³ De acordo com a proposta de Ângela de Castro Gomes, as redes de sociabilidade são compreendidas como grupos permanentes ou temporários, em qualquer grau de institucionalização, do qual o indivíduo escolha participar.⁸⁴ O mapeamento deste microcosmo de relações afetivas, de aproximação ou de rejeição, tem-se firmado como de particular utilidade para o estudo do meio intelectual.

O inventário dos nomes que aparecem na obra do Sr. Petit (aos quais ele se pronunciou contra ou a favor), ajudou a recriar a trama das relações em que ele estava inserido ou que pretendia se inserir. O levantamento quantitativo dos nomes referenciados no livro de Petit resultou em 81 nomes de personalidades do cenário local e nacional. A maioria dos nomes foi incluída em passagens rápidas do texto onde o autor os utiliza como exemplos para corroborar ou contrapor à sua opinião.

Grande parte das pessoas citadas no livro eram políticos, escritores ou participavam de alguma forma do aparato estatal, como juízes, promotores, chefes militares. A lista com elogios de homens públicos que no exercício de seus cargos foram “leais à nação” é bem variada, contando com, por exemplo, Dom Pedro II, Duque de Caxias, Marechal Rondon, Alcides Etchgoyen, Borges de Medeiros, Assis Brasil, Flores da Cunha, até simples funcionários dos correios e repartições públicas. Sem ter a intenção de discorrer sobre cada uma das pessoas elencadas no livro, alguns pontos mereceram um pouco mais de atenção.

Petit repetiu diversas vezes que seu trabalho não sofria qualquer interferência de terceiros. Quando muito, segundo ele, abria uma ou outra exceção ao citar diretamente passagens de livros ou discursos nas quais encontrou “estímulo syntonizante (*sic*) com

⁸³SIRINELLI, Jean-François. *Op. Cit.*, 2003 p. 250.

⁸⁴GOMES, Ângela de Castro. “Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 62 – 77.

idêntica preocupação e o idêntico pensamento”⁸⁵, alertando já na “orelha” da capa do livro que sua obra prescindia

das “muletas” de qualquer prefácio de assinatura alheia, pois que, em seu percurso em direção à opinião pública, sobram-lhe suficientes energias para caminhar, sozinha, por suas próprias pernas. (...) Iniciativa *sponte mea*, nestas páginas não se intromete a insinuação de quem quer que o seja, tanto em seus percursos narrativos, como em seu desenvolvimento doutrinário e planejamento saneador.⁸⁶

Entretanto, diferentemente destas palavras, não são poucos os excertos de textos alheios encontrados no seu livro, além de ocuparem um espaço considerável. Ele utilizou partes ou textos inteiros de discursos, notícias ou livros para reforçar suas afirmações ou demonstrar consonância de pensamento, como, por exemplo, a íntegra do discurso do General José Pessoa, citações de Alberto Torres, de Coelho Neto, parte do livro do historiador português Latino Coelho, e várias obras de Ruy Barbosa. Este último foi, de longe, o mais citado e comentado, sendo “invocado” por Petit como seu mestre na busca pela verdade e combate à hipocrisia.⁸⁷ Petit chega a comentar, logo no início do seu livro, como foi tocado pela conferência de Ruy Barbosa sobre a Campanha Civilista de 1910⁸⁸, mesmo contando na época com apenas 10 anos de idade.

Tal atitude sustenta a ideia de que, por mais que o autor reafirme constantemente a propriedade de seu “pensamento independente”, como na seguinte passagem:

[é preciso] salientar que este trabalho é MEU, por mim escripto noites a dentro e com prejuízo da minha saúde; com largo período de renuncia a qualquer mínimo divertimento. A iniciativa é MINHA, pelo que é excusado a intriga atribui-lhe aspecto de “encommenda”(sic).⁸⁹

Na realidade, o que se pode constatar é que a figura do intelectual não existe isoladamente, pois “ser um intelectual é pertencer conscientemente e de alguma maneira à coletividade dos pares: é ler os jornais, é estar a par dos debates, é fazer ouvir sua voz no ‘pequeno mundo’ dos intelectuais”.⁹⁰ Assim, por mais independente e original que um intelectual possa ser, ele sempre faz parte de um determinado “repertório” e está inserido num grupo que, embora seja visivelmente reduzido, está sempre em

⁸⁵ PETIT, Luiz Leon. *Op. Cit.*, 1950, p. 7.

⁸⁶ *Idem*, p. 1.

⁸⁷ *Idem.*, p. 103.

⁸⁸ Conferencia que foi publicada em coletânea com o sugestivo titulo de *Ruinias de um Governo*.

⁸⁹ *Idem*, p.7.

⁹⁰ LECLERC, 2005 *apud* DORS, Marines, *Op. Cit.* p.31.

articulação, se reconhecendo mutuamente – até quando se opõem – e dialogando uns com os outros mesmo quando pretendem dirigir-se ao público. Nesse sentido, todo intelectual espera ser ouvido, e além de despertar interesse numa determinada audiência, deseja que suas posições sejam apoiadas, debatidas ou que pelo menos suscitem controvérsias dentro do seu próprio círculo de pares.

Ângela de Castro Gomes destaca outro aspecto importante compartilhado por intelectuais no decorrer das gerações, e com o qual necessariamente precisam dialogar: as obras de seus antecessores. Assim,

Este “pequeno mundo”, especializado nos processos de criação e transmissão cultural, está sempre referido a uma tradição intelectual ou como seu herdeiro ou como seu filho pródigo. Ou seja, quer por vinculação, quer por ruptura, os intelectuais estão sempre ligados ao patrimônio de seus antecessores, ao “estoque” de trabalhos que integra o manancial simbólico que irão sustentar ou transformar com maior ou menor intensidade.⁹¹

Por mais que Petit tenha se esforçado para alegar que não mantinha ligações de nenhum tipo, muito menos de “clientelismo”⁹² com políticos ou intelectuais, algumas conexões ele fez questão de evidenciar, apresentando seus principais “laços” com homens públicos, e elogiando aqueles que porventura deram eco a seus pronunciamentos, como Raul Pilla e Ruy Bacellar.⁹³ Petit também vinculou, tanto no livro quanto nas colunas, “provas” de sua penetração junto a políticos renomados do período como o próprio Pilla, Walter Jobim, Eduardo Gomes e Góes Monteiro, anexando cópias dos telegramas enviados nas suas colunas e livro – muito embora tenhamos encontrado somente algumas poucas e evasivas respostas.

Luiz Petit se esforçou para enfatizar os elogios recebidos por sua atuação na “luta pelos direitos dos cidadãos”, salientando seu direito a “imodéstia” por receber, como ele mesmo divulgou:

os mais honrosos encômios “pelo fogo sagrado de que me achava possuído”, (...) valeu-me a confortadora solidariedade expressa por algumas dezenas de nomes os mais responsáveis na magistratura do

⁹¹GOMES, Ângela de Castro. *Op. Cit.*, 1993, p. 64.

⁹²PETIT, Luiz Leon. *Op. Cit.*, 1950, p. 41.

⁹³ Ruy Bacellar mandou transcrever no DN do dia 7/7/46 através de um *a pedido* intitulado “Pelo protesto do Sr. Leon Petit contra o esbulho do direito da criança na futura carta magna assegurou-se para R. G. do Sul”, onde reproduz o telegrama enviado por Petit a Raul Pilla.

meu paiz, indo alguns a ponto de endereçarem-me extensas cartas laudatórias, insistindo e estimulando-me a prosseguir na lucta. (sic).⁹⁴

Mas a opinião de muitos homens da época eram um tanto diferentes deste autorretrato. Encontramos no decorrer da pesquisa vários adjetivos, usados por alguns de seus interlocutores, que descreviam a atuação de Petit em tons nada elogiosos, rotulando-o de “paranoico”, “oportunista”, “descortês”, “injuriador”.

Sirinelli lembra que para trabalhar com a história dos intelectuais o historiador deve seguir a pista dos “boatos”, dos arroubos emocionais, das rupturas e dos desencontros. As polêmicas dizem muito sobre as relações estabelecidas entre aqueles sujeitos que convivem numa espécie de “microcosmo” intelectual, onde o afetivo e o ideológico se interpenetram, revelando traços que em relações mais cordiais podem não ser visíveis.⁹⁵

2.1 As polêmicas como estratégia de combate

Luiz Leon Petit participou ativamente dos debates políticos da sociedade, acreditando sempre que seus pareceres e opiniões deveriam ser compartilhados com seus contemporâneos, publicando-os regularmente, sem que para isso tenha sido convidado. Entretanto, para que seus textos e pronunciamentos não fossem tomados como “nulos”, sem sentido ou inócuos, Petit precisou construir um argumento de autoridade, de credibilidade suficiente para que pudesse incorporar um “estatuto de verdade” a suas falas.

A análise dos pronunciamentos de Leon Petit nos possibilitou identificar “táticas” importantes na construção de sua narrativa – entendida por ele como uma ação política – e que estavam articuladas a um conjunto minimamente coerente de atitudes visando a projeção de sua reputação, credibilidade e notoriedade. Tendo em vista que ele não contava com as formas mais usuais de legitimação do discurso público, como analisamos anteriormente, destacaremos as possíveis “marcas” do processo empreendido pelo autor na construção do seu capital político.

⁹⁴ Petit comenta sobre o elogio recebido do Prof. Morcorvo Filho. PETIT, Luiz Leon. Op. Cit., 1950, p:88.

⁹⁵SIRINELLI, Jean-François. *Op. Cit.*, 2003 p. 252.

O capital político, conforme Bourdieu, é uma forma de capital simbólico, uma espécie de crédito firmado na crença e no reconhecimento. O homem político retira sua força da confiança que um grupo põe nele; grande parte do crédito concedido ao discurso provém do crédito de quem o professa. Ele tem a necessidade que se creia nele, que se lhe dê confiança com a condição de ele “espalhar os seus benefícios sobre os que assim o apoiam”. E por esse capital específico ser um puro valor *fiduciário* que depende da opinião, da crença de terceiros, alguns atributos possuem um peso especial na busca por credibilidade: honra, notoriedade, popularidade e “boa reputação”.⁹⁶

A partir disso, procuramos identificar, a título de exemplo, algumas estratégias de comunicação que perpassam seus escritos, e nos permitem pensar que foram utilizadas de forma intencional na tentativa de construir um argumento de autoridade, começando por suas polêmicas. Sem espaço suficiente para discorrer sobre cada uma das inúmeras polêmicas que Luiz Petit se envolveu a partir de suas denúncias e pronunciamentos, optamos por nos deter naquelas poucas em que de alguma forma ele foi correspondido. Em grande parte de suas manifestações, os inimigos a serem combatidos eram a imoralidade, o clientelismo político, a corrupção. Contudo, conforme foi “ganhando a confiança” dos “leitores que o seguiam e esperavam por elementos novos”⁹⁷ ele foi se tornando mais direto em suas afirmações.

Um dos primeiros embates que Petit se envolveu é uma espécie de “polêmica comprada”. O DN publicou, no dia 8/03/1946, uma cópia integral do ofício que Petit encaminhou ao Interventor, Dr. Cylon Rosa, solicitando a apreciação urgente de seu requerimento protocolado no dia 25/02/1946. Em tal requerimento, Petit pede a abertura de um inquérito para apurar as acusações de corrupção e desvio de verbas – cuja denúncia fora realizada através de um *a pedido* pelo ferroviário Arthur de Oliveira Cabral, veiculada nos matutinos locais – e que supostamente ocorria na administração de José Diogo Brochado da Rocha, então diretor da Viação Férrea.⁹⁸

No requerimento, Petit alega não ter nenhum tipo de interesse pessoal, a não ser cumprir seu direito de cidadão em solicitar esclarecimentos, além de afirmar que não conhecia nenhum dos dois envolvidos. Contudo, como o Dr. Brochado já havia divulgado um exaustivo *a pedido* negando as acusações, mas sem apresentar provas, Petit acreditava que por igualdade de direitos o Sr. Arthur deveria ser chamado para

⁹⁶ Poder simbólico 187, 188.

⁹⁷ “Fogo fátuo”. Dn, 4/2/1947 p. 3.

⁹⁸ “O caso da Viação Férrea, o Sr. Leon Petit insiste pelo encaminhamento do seu requerimento à Interventoria” DN, 08/03/46 p. 2.

apresentar as provas ou, do contrário, ser responsabilizado pelas denúncias. Petit ainda acrescenta que “a consideração da dignidade dos homens não se mede pela maior ou menor projeção de títulos e cargos, mas sim pelo nível de sua conduta”, sugerindo que tanto ele quanto o Dr. Brochado deveriam se apresentar diante da opinião pública em igualdade de posições.

O “caso da Viação Férrea”, como ficou conhecido, movimentou os jornais da cidade, pois, além da polêmica, os ferroviários moviam uma grande greve em Porto Alegre naquela data. Muitos *a pedidos* foram publicados em favor ou contra a greve, apoiando ou não o Dr. Brochado da Rocha. Porém, depois do retorno dos ferroviários ao trabalho, a polêmica arrefeceu. Mas Petit, imperturbável, continuou publicando *a pedidos* exigindo que seu requerimento fosse apreciado ou ainda incitando o Sr. Arthur para que tivesse coragem de vir a público retratar-se ou explicar suas acusações.

Depois de várias “intimações”, ele finalmente decidiu responder. Em um *a pedido*, Arthur alega não conhecer Leon Petit, mas que pôde perceber que “o mesmo devia ser um cidadão culto que sabe o que lê e o que escreve”, embora tivesse se enganado ao intimá-lo para a elucidação dos fatos, quando deveria ter acusado quem não tinha apresentado provas contrárias.⁹⁹

Essa “briga comprada” rendeu-lhe alguns frutos. O DN do dia 04/06/1946 publicou um artigo com várias partes de um discurso de Raul Pilla na Assembleia Constituinte. Dentre as passagens selecionadas, uma trouxe o subtítulo “Os requerimentos do Sr. Leon Petit” onde Pilla comenta:

Cidadão zeloso e industrialista Leon Petit solicitou ao interventor a abertura de um inquérito. Entretanto até hoje, apesar de renovado por duas vezes, não mereceu o requerimento a necessária solução por parte do interventor federal (...).¹⁰⁰

Não podemos saber qual a repercussão desse ato no espírito do Sr. Petit. Porém, se as atitudes nos dizem alguma coisa, depois disso Petit começou a publicar um *a pedido* atrás do outro. Além do aumento da frequência e do tamanho das publicações

⁹⁹Arthur inicia o *a pedido* contando que decidiu responder às intimações de Petit contrariando seus amigos, familiares e colegas ferroviários, que disseram para não levar em conta o autor e que não precisa responder já que o mesmo não tinha relação com o caso. *A pedido* Sr. Arthur de Oliveira Cabral, DN 20/06/1946, p. 3.

¹⁰⁰ Fragmento do discurso de Raul Pilla na Constituinte transcrito no DN, onde tece considerações sobre o requerimento de Petit, sobre as acusações feitas à administração do Sr. José Brochado em virtude da greve dos ferroviários. Reportagem sobre o discurso de Raul Pilla na Assembleia Constituinte, DN, 4/6/46, p. 3.

(que passaram de uma coluna para páginas inteiras), outro efeito do discurso de Raul Pilla foi que Petit se sentiu autorizado a enviar-lhe correspondências¹⁰¹ com “conselhos políticos” e pareceres sobre a nova Constituição em andamento. O conteúdo destes telegramas, depois de enviados, eram veiculados em seus *a pedidos*, e, mais tarde, também foram publicados em seu livro.

De todos os conflitos que Petit se envolveu e a que tivemos acesso, o mais longo foi o travado com o Chefe de Polícia. Quando o Sr. Roque Aita Júnior assumiu o cargo, em março de 1946, Petit lhe enviou um longo telegrama, que foi “mandado publicar” nos dois jornais da capital por um “grupo de pais de família plenamente solidários com o Sr. Petit”. No telegrama, além do apelo pela moralização dos costumes, ao denunciar “as degradantes cenas de insolência praticadas por moços bonitos nos bondes e em praça pública”, Petit elogia o discurso de posse do chefe de polícia, principalmente porque havia se comprometido em fazer da polícia um órgão de confiança da população, sem deixar-se influenciar por “injunções político-partidárias”.¹⁰²

Porém, os elogios ao Sr. Aita Júnior logo se transformaram em acusações exaltadas. Meses depois, em uma “carta aberta”, Petit foi enumerando os casos de abuso de força, desrespeito pela população, e conivências com a “vagabundagem e com jogos ilícitos”, que os subordinados do Chefe de Polícia cometeram desde sua posse. Além disso, ele comenta os casos em que Aita Júnior usou o carro da chefatura de polícia, “pago pelos impostos do povo” para uso doméstico e partidário. A carta termina com um esclarecimento:

Certo que lhe há de parecer que toda essa arenga é fruto de algum recalque partidário ou de alguma inimizade gratuita. Nem vai nisto divergência de partido, pois que a nenhum pertencço, não pretendo inaugurar nenhuma “movimentada carreira política”, pois não sou político e para tanto me faltam o engenho e arte. Inimigo de V. Excia, também não o sou, pois nem ao menos, cumprimenta-lo consegui nas duas vezes que tentei. Eu o alertei, em tempo hábil, quanto às insolências que na polícia se cometiam, apelando para V. Excia. no sentido de coibir desmandos e restaurar austeridades. Entretanto, V. Excia. não se dignou acreditar-me.¹⁰³

¹⁰¹ PETIT, Luiz Leon. *Op. Cit.* 1950, p. 97.

¹⁰² “Um apelo ao novo Chefe de Polícia pela moralização dos costumes nos bondes, ruas e praças centrais.” Telegrama de Leon Petit mandado publicar por um grupo de pais no DN 13/03/46 p. 2 e no CP 16/3/1946 p. 3.

¹⁰³ “Carta Aberta a S. EXA o Sr. DR. Roque de Aita Jr. Digníssimo Chefe de Polícia do E. RG do Sul” (sic). A pedido publica por Petit no DN, 21/07/1946 p. 11.

Porém, o mais revelador dessa polêmica em especial é que nos possibilitou entrever a tensão entre Petit e seus alvos. Nesta carta aberta, Petit reclama que o Chefe de Polícia enviou para análise do Ministério Público, com o rótulo de “paranoico”, o conjunto dos seus telegramas e cartas, nos quais solicitava providências quanto aos desmandos dos funcionários do setor, além de informar os constrangimentos que estava passando por ser “vigilante”, denunciando os delegados corruptos. Sobre o rótulo, Petit comentou:

Alçou-se ele por sobre suas tamancas de bacharel para calçar chinelas de psiquiatra e atribuir-me peculiaridades de “anormal” e atributos de “louco”. (...) aceite, por exato, o diagnóstico do qual, de certo modo, também estou de acordo. No ambiente social do estilo “século passado”, eu seria o protótipo do “normal”, pois que normal era o senso da dignidade, a noção de honra (...)

Sou louco, Excia. Porém, minha loucura tem sua origem naquela loucura de que nos fala Erasmo em seu “Elogio da Loucura” (...). É a loucura pela Verdade! É a loucura pelo Direito! É a loucura pela justiça! É a loucura pela preservação dos mais elementares princípios da dignidade! E por semelhante loucura eu luto e combato, resisto e me esforço, mordo, trinco e estrangulo, babando a baba dessa raiva na doidice doída de contaminar mais e mais meus patrícios ao meu alcance para que comigo congreguem esse manicômio esbravejante.¹⁰⁴

O embate continuou por meses a fio, e o Chefe de Polícia resolveu inclusive fazer um pronunciamento oficial anunciando que iria processar o “descortês” Petit por injúria. Petit, em resposta, publica uma série de *a pedidos* cobrando “o seu processo”¹⁰⁵, alegando que era justamente no campo da justiça que ele desejava “lutar” com seu oponente. Em outubro, Petit divulga num *a pedido* que o prazo para o Chefe de Polícia entrar com algum processo por calúnia já tinha expirado, porém nenhum processo havia sido movido. Como prova, veicula uma fotocópia da certidão de negativa expedida pela Distribuição do Juízo Criminal, e assevera: “se tudo o que disse era calúnia e injúria, cadê o meu processo?”.

Nos meses seguintes, Petit se distrai com outros oponentes. Ele publica algumas colunas contra Getúlio Vargas, denuncia outras pessoas por irregulares, se volta contra a administração pública. Mas, no início de 1947, ele começa longo embate, dessa vez com outro integrante da família Brochado da Rocha. Num *a pedido* de três páginas inteiras, Petit resolveu pedir explicações sobre os acontecimentos que envolveram “O rumoroso

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁵ “O meu processo: O Chefe de Polícia vai processar o Sr. Leon Petit”. A pedido de Petit publicado no DN, 17/10/1946 p. 5.

caso do Instituto de Educação”¹⁰⁶, ocorrido no ano anterior. O autor deixa subentendido que nesse tempo ele recolheu, através da imprensa e de cópias de “documentos administrativos”, provas de que Francisco Brochado, durante sua atuação na Secretaria de Educação, utilizou a máquina pública com finalidade eleitoreira e partidária. Depois de vários e extensos *a pedidos* de Petit com as mais virulentas críticas, Brochado resolveu pronunciar-se publicamente respondendo uma por uma as acusações e tentando colocar uma pedra final na polêmica. Termina assim sua manifestação:

Agora, quero dizer que concordo, num ponto com o Sr. Leon Petit. Precisamos de mais Brio, de mais Justiça e de mais Vergonha. De mais Brio, para que toda a crítica seja digna, de mais justiça para que melhor se julguem os homens públicos do Rio Grande e de mais Vergonha para que se tenha pejo em extravasar ódios gratuitos sob o rotulo da restauração de um clima de moralidade, que não devia nunca ter sido quebrado pela calúnia e pela infâmia.¹⁰⁷

Mediante o uso de estratégias discursivas que visavam dar crédito a seus escritos, abrindo espaços para que suas falas sejam consideradas, criando polêmicas e obrigando que homens públicos viessem a público responder a suas acusações, Petit vai paulatinamente acumulando algum reconhecimento, mesmo que nunca tenha sido como um intelectual. Para o autor,

ao se insultar friamente um homem público (...), o insulto ultrapassa ao cidadão e vai atingir diretamente a Sociedade que (...) não pode declinar quanto ao revide sem que, pelo silêncio ou indiferença, ponha em perigo a sua própria estabilidade.¹⁰⁸

No caso de Luiz Leon Petit, as intrigas e os conflitos nos revelam mais sobre sua inserção no meio do que possíveis amizades e afetos. Petit alegava ser um homem “vastamente conhecido” na sociedade por sua profissão e por sua “luta”. De fato, mesmo que possivelmente fosse menos reconhecido do que gostaria – ou imaginava ser – acreditamos que a afirmação tenha um fundo de verdade, na medida em que seria muito difícil, para um leitor dos jornais de então, ignorar as longas páginas dos seus *a pedidos*, recheadas de ironias e ataques a pessoas conhecidas da sociedade porto-

¹⁰⁶ Caso já citado no capítulo 1. CP de 25/05/1946 p. 4,8 e contracapa.

¹⁰⁷ “Aos rio-grandenses”. *A pedido* publicado pelo Dr. Francisco Brochado da Rocha no DN, 19/01/1947 p. 6.

¹⁰⁸ “O caso da Viação Férrea, o Sr. Leon Petit insiste pelo encaminhamento do seu requerimento à Interventoria ” DN, 08/03/46 p. 2.

alegrense, e publicadas por um cidadão que, confiante, “resolveu sair em campo aberto para enfrentar, de viseira erguida à horda dissolvente das austeridades de costumes”.¹⁰⁹

2.2 Outras estratégias

Além da polêmica, que por sua singularidade têm evidentemente um peso maior para conferir notoriedade, uma vez que há um diálogo público entre interlocutores, Leon Petit se valeu de outras estratégias discursivas para buscar legitimidade. A segunda estratégia de comunicação é a ideia de “missão”. Leon Petit em seus atos e pronunciamentos várias vezes afirma que seu programa, antes de quaisquer interesses, era um dever:

Há de o publico meu patrício indagar o “porquê” me abalo a tamanho empenho pela causa do meu Paiz, arrostando antipathias, criando inimizades, prejudicando meus interesse, jogando em risco a própria vida. Respondo-lhes que o faço no exercício de um dever, e no uso do mais legitimo dos direitos.

Porque não hei de mostrar aos meus patrícios o caminho que me parece ser o mais seguro? Quem poderá me criticar pelo facto, de em meio das minhas domésticas preocupações, ainda ache tempo e ocasião para estudar os problemas sociaes, administrativos e econômicos do meu Paiz, uma vez que taes problemas são descurados por aquelles que são pagos para os prover?¹¹⁰

Por ser detentor, segundo ele mesmo, de saberes relativos às leis da evolução histórica, por ter estudado a fundo os problemas sociais, políticos e morais do Brasil desde a época da monarquia, Petit seria capaz de captar e interpretar os sinais da realidade percebendo a urgência de uma ação para sanear e salvar o seu país do perigo “dos miasmas deletérios da imoralidade”. Por sentir-se imbuído dessa autodeclarada “missão”, Petit aceitou inclusive a “sacrificante labuta” de apresentar à opinião publica uma campanha moralizadora – o movimento Guarany – para a qual pretendia arregimentar não quaisquer seguidores, mas “homens de brio”, que, assim como ele, tinham muito a oferecer à “nação”.

¹⁰⁹ “Carta Aberta a S. EXA o Sr. Dr. Roque de Aita Jr. Digníssimo Chefe de Polícia do E. RG do Sul” (sic).” A pedido publica por Petit no DN, 21/07/1946 p. 11.

¹¹⁰ PETIT, Luiz Leon. *Op. Cit.* p. 266.

Contudo, para que seus destinatários afiançassem sua campanha, Petit centrou seus argumentos narrativos na ideia de que ele desenvolvia um “ato desinteressado” de qualquer tipo de benefício pessoal, pois

Sem alludir a outras interferencias neste terreno, me arreceio que se computem os esforços do meu trabalho leigo e gratuito, com aquelles a quem do trabalho só possuem a autoridade dos títulos a ás vantagens das promoções ou dos subsidios.¹¹¹

Na tentativa de “convencer” seus destinatários que ele estaria investido de uma espécie de “missão”, a missão de salvar sua valorosa Pátria, que Petit ao longo do percurso narrativo vai ressaltando que por não se dobrar diante de benefícios particulares, por não ter relações de apadrinhamento com nenhum portador de titulo de nobreza ou “menos ainda daqueles que se realçam pela densidade das suas carteiras”, por ter coragem moral para se colocar diante da opinião pública, ele reuniria as condições necessárias para “guiar seus compatriotas” na luta conta a derrocada moral.¹¹² Por esta razão, para o autor seus pronunciamentos já contariam com os créditos necessários antes mesmo que ele as tivesse proferido.

A terceira estratégia discursiva que Petit lançou mão para afiançar seu programa foi a honra e a virtude de um homem com “conduta inabalável”. O autor tentou concentrar forças na representação da sua superioridade e na total observância das questões de honra, caráter e “boa reputação”, identificando nestes atributos todo o seu “diferencial”. Ao longo dos seus textos, Petit repetiu diversas vezes a ideia de que a legitimidade do seu discurso estava alicerçada na solidez de seu caráter. Nas suas palavras:

Physicamente sou ninguém; todavia, no terreno moral – onde a coragem se constitue um atributo do Character – querendo alguém eriçar o seu topete, tenha por certo que haverá de encontrar, em mim, um Homem pela frente (sic).¹¹³

No encerramento do livro, Petit também reforça esta convicção:

¹¹¹ *Idem ibidem*, p. 89.

¹¹² *Idem ibidem*, p. 278.

¹¹³ *Idem ibidem*, p. 1-2.

E agora que terminaste a leitura d'este livro, terás verificado que ele foi escripto por um homem cujo caracter foi forjado n'aquela têmpera que quebra...mas não vérga (sic).¹¹⁴

Quando foi chamado a dar esclarecimentos sobre sua “conduta moral” diante do juiz¹¹⁵, Petit alegou em sua defesa que, se ele tinha créditos para escrever para a sociedade porto-alegrense, significa que sua boa índole era reconhecida por todos. Ele anexou como provas neste processo alguns *a pedidos* em que ele mesmo elogia sua noção de honra e hombridade.

A quarta estratégia foi a de reconversão do seu capital econômico em créditos políticos e culturais. Petit pagou pelo uso de quase todos os *a pedidos* que publicou para que pudesse expressar seu pensamento, pondo em risco a segurança familiar:

Enórmes as despesas de custeios, com prejuízo para os recursos que só me vêm às algibeiras pelo caminho único do trabalho em minha profissão, com notório delapidamento do patrimônio da minha família.¹¹⁶

Leon Petit fazia disso também um argumento, buscando diferenciar-se de outros intelectuais por agir não pelo lucro, mas por acreditar na importância de sua ação política. Na seguinte passagem, Petit comenta que:

E não sendo homem que disponha de fortuna e havendo enormes encargos de família a sustentar, também tenho por capricho custear o idealismo com os próprios recursos da minha atividade profissional, sem admitir que alguém venha com auxilio nem com o capital, nem com a opinião.¹¹⁷

A análise do inventário e da subsequente partilha de bens de Petit dá razão a estas afirmações. Conforme relatado no processo, Petit, que ao longo de sua vida foi conhecido por cumprir todas as suas obrigações financeiras, no último ano de sua vida, todavia, acumulou dívidas, a que tudo indica, resultado de seu empenho econômico para levar adiante sua campanha pública. O mais digno de nota é que, entre todos os títulos, protestos e cobranças registrados no inventário, o de maior valor era relacionado à livraria Selbach, responsável pela impressão do seu livro.¹¹⁸

¹¹⁴ *Idem ibidem*, p. 342.

¹¹⁵ Processo Crime movido pelo Sr. Luiz Leon Petit em 21/03/1945 contra Izabel Camargo de Souza. Disponível no Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul APES – localização N7372 M 356 E29.

¹¹⁶ PETIT, Luiz Leon. Op. Cit., 1950 p. 27.

¹¹⁷ PETIT, Luiz Leon. Op. Cit., 1950 p. 281.

¹¹⁸ Inventário dos bens do Sr. Luiz Leon Petit – 3ª Vara de Família 29/11/1951. Localização N779 M 14 E2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Luiz Leon Petit foi um *outsider*. Não tinha diploma de direito, medicina ou economia; não foi redator, nem jornalista, professor, sociólogo ou historiador. Sem ter a formação privilegiada que lhe facilitaria o acesso às portas da intelectualidade local, nem ligações com o Estado, ele estava destinado a não fazer parte da elite intelectual de Porto Alegre no pós-Estado Novo. Mesmo assim, Petit encontrou seu próprio caminho para se fazer ouvir. Homem politicamente posicionado, de opiniões fortes, ideais conservadores, moralista – ele não se furtou em protagonizar manifestos, professar libelos, se expor e expor suas opiniões em praça pública. Para dar voz a suas ideias e valores, “martelando desatinos”, Petit acabou por se intrometer num círculo em que não fora convidado, um lugar onde seu discurso não era reconhecido como legítimo pelo grupo de intelectuais *estabelecidos*.

Mas quem afinal eram eles? Nosso levantamento revelou que os integrantes do grupo habitual das crônicas políticas dos jornais de Porto Alegre eram, na sua grande maioria, nomes consagrados da intelectualidade local. Bacharéis em direito, professores, jornalistas, funcionários públicos, ocupantes de cargo eletivo ou de postos na estrutura estatal: são estas atividades que praticamente circunscrevem todos aqueles que poderiam de alguma maneira integrar o meio intelectual da província. Indivíduos que possuíam múltiplos saberes, acumulados através das suas atuações em várias áreas da produção cultural, o que atualmente gera certo estranhamento frente à grande especialização intelectual.

Ao arquitetar um espaço alternativo para cumprir com sua missão cívica, lutando pelo “saneamento social e político” do país – e esperando contar com a colaboração dos “homens de brio” nesta tarefa – Petit escolheu como veículo para levar adiante “sua campanha pública” as páginas dos jornais da capital. Todavia, embora compartilhasse com os cronistas o cotidiano da crítica política, refletindo sobre temas e preocupações semelhantes, Petit não o fazia nas mesmas condições que os *estabelecidos*, que escreviam a convite dos periódicos: ele utilizava espaços comprados para compor suas

denúncias de “desmandos e imposturas que se iam praticando, (...) por parte de alguns elementos responsáveis pelas cousas administrativas”.¹¹⁹

A forma “alternativa” encontrada por Petit foi a utilização dos *a pedidos*. Naquele período, principalmente nos quatro primeiros anos da pesquisa, seu uso era muito frequente nas páginas dos jornais. Um público bastante diversificado lançava mão de *a pedidos*, com temáticas que variam desde a defesa de posições políticas a comentários sobre reportagens, mas também agradecimentos, reclamações de serviços públicos, desencontros amorosos, revelando-se um canal “alternativo” de comunicação.

Diferente do que supomos inicialmente, outros indivíduos utilizavam este tipo de espaço de forma semelhante ao Petit, com o mesmo propósito de comunicar aos seus destinatários suas opiniões, julgamentos e opiniões sobre política e sociedade. No decorrer da pesquisa, identificamos outros três sujeitos que fizeram uso regular e sequencial (de meses, até anos) dessa forma de comunicação. Se Petit não foi tão original como supúnhamos na escolha do canal de comunicação, contudo, as temáticas e os enunciados o diferenciavam. Leon Petit abordou uma gama mais variada de assuntos, e em seus pronunciamentos não encontramos uma ligação direta com uma causa pessoal, como nos outros casos observados, que estavam envolvidos em querelas particulares.

Por intermédio dos *a pedidos*, Leon Petit literalmente comprou algumas polêmicas em andamento e iniciou outras tantas, utilizando-as como estratégia para ganhar notoriedade, ao reforçar uma autoimagem “de defensor das causas públicas”. Em geral a partir de denúncias de casos de corrupção, muitas vezes sustentadas em provas superficiais, e aliada à sua inabalável persistência – publicando *a pedidos* que não permitiam arrefecimento dos “escândalos”, ao citar nominalmente todos os envolvidos repetidamente – Petit obrigava os acusados a virem a público prestar esclarecimentos, transformando-os em seus interlocutores.

A abordagem adotada enfocou as estratégias utilizadas pelo Sr. Petit na formação do seu capital político para legitimar a importância de seu discurso e de seu movimento de ação. O exame de seus escritos e as formas encontradas por ele para atravessar o escudo do grupo dos *estabelecidos* evidenciam as marcas da construção deste capital. Petit soube usar sua condição de *outsider* como forma de reforçar seu

¹¹⁹ PETIT, Luiz Leon. *Op. Cit.*, 1950 p. 27.

“pensamento independente”, tanto do Estado quanto de portadores de títulos ou carteiras recheadas.

Petit forjou vários argumentos de autoridade com o propósito de atribuir créditos a suas palavras. Ele precisou trilhar “caminhos alternativos”, já que não podia contar com o reconhecimento que desejava, arcando com os custos do seu estranho capricho e cumprindo a previsão dos amigos: dilapidou seu patrimônio “alimentando seu sonho de ilusão”.¹²⁰

O conteúdo dos pronunciamentos do Sr. Leon Petit não foi inovador. Os textos expõem suas opiniões, a maioria são discutíveis, poucas admiráveis, mas todas apaixonadas e ufanistas. A sua escrita é marcadamente militante, com constante tom de denúncia e críticas virulentas, seguindo a linha do pensamento conservador, elitista e moralista que marcou a história do Brasil na primeira metade do século XX. Mas se o discurso de Petit não é original, nem produziu grandes desdobramentos, o que justifica o tempo investido nesta pesquisa?

A originalidade de Petit está na maneira que ele procurou se inserir no meio intelectual de Porto Alegre. Sua atuação “independente” nos permitiu entrever uma miríade de possibilidades para a participação (e intromissão) no debate público, o que infelizmente não pôde ser mais aprofundado em razão das dimensões de um trabalho de conclusão de curso, e que, esperamos, possa se tornar uma pesquisa mais ampla no futuro. De qualquer maneira, esperamos ter contribuído, ainda que parcialmente, para revelar que o ambiente intelectual da capital era muito mais polissêmico e multifacetado do que pressupostos excessivamente rígidos podem supor. Embora certos critérios legitimadores terem sido inegavelmente uma forma de delimitação do grupo de *estabelecidos*, isso não significou um cerrar de portas definitivo para condutas alternativas, como a de Luiz Leon Petit.

¹²⁰ PETIT, Luiz Leon. *Op. Cit.*, 1950 p. 281.

FONTES DE PESQUISA

1) Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MUSECOM) – Fontes de Imprensa:

Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre – edições de janeiro de 1945 a novembro de 1951;

Jornal *Diário de Notícias*, Porto Alegre – edições de janeiro de 1945 a novembro de 1951;

2) Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul APES – Documentos Oficiais:

Processo Crime movido pelo Sr. Luiz Leon Petit em 21/03/1945 contra Izabel Camargo de Souza. Localização N7372 M 356 E29.

Inventário dos bens do Sr. Luiz Leon Petit – 3ª Vara de Família 29/11/1951. Localização N779 M 14 E2.

3) Publicações:

PETIT, Luiz Leon. *Ruínas de um regime e decadência de uma época: A desgraça que se abate sobre o Brasil decorre da falta de carácter*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1951.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves. A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. . In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

_____. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. Razões práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1997.

CÂMARA, Hiram Freitas de. Marechal José Pessoa: a força de um ideal. Rio de Janeiro: Bibliex: 1985.

CORADINI, Odaci Luiz. “As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)”. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.32, 2003, p. 124-144.

CORREA, Luiz A. Villas Boas (depoimento 1997) RJ CPDOC/ALERJ, 1998.

DILENBURG, Sérgio Roberto. Correio do Povo: história e memórias. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

DORS, Marines. Dyonélio Machado: Os múltiplos fios da trajetória ambivalente de um intelectual. Dissertação Mestrado UNISINOS, São Leopoldo, 2008.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. Mozart, Sociologia de um Gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? 2ª ed. [s.l.] Ed. Passagens, 1992. GALVANI, Walter. Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. “Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 62 – 77.

GRINBER, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos, In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes históricas, São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Ari. Escritores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Da Universidade do Rio Grande do Sul, 1978.

MICELI, Sergio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

_____. MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo: Ed. Difel, 1979.

MIGUEL, Luiz Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. In; Revista de sociologia e política. Nº 20 p. 115-134. Brasília, ed. UNB, 2003.

PÉCAUT, Daniel. Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Àtica, 1990.

RÉMOND, René (org). Por uma história política. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Mara Cristina. Da Crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925 a 1964. Tese de doutoramento PPG em História IFCH/UFRGS, Porto Alegre: 2006 p. 25 e 43.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org). Por uma história política. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do estado Novo. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida N. (orgs). Vols II e III. O Brasil Republicano, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 p. 145 – 180.